



A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ESCRAVIDÃO ENTRE OS ANOS 1970 E 1980: ESCRITA, CONTEXTO E INSTITUIÇÃO

Roberto Manoel Andreoni Adolfo*

Universidade Estadual Paulista – “Júlio Mesquita Filho” - UNESP

roberto_manoel@hotmail.com

RESUMO: A historiografia brasileira da escravidão a partir dos anos 1980 assistiu a diversas reformulações, tanto teórico-metodológicas quanto institucionais. Como objeto de estudo, a escrita da história neste período de transição ainda carece de avaliações mais profundas e sistemáticas. Alguns autores, no entanto, na maioria historiadores da escravidão, dedicaram-se a analisar, em alguns artigos, determinados pontos singulares destas mudanças historiográficas. Nenhum deles, porém, deu ênfase à pertinência das articulações entre a escrita da história e o seu contexto sócio-político e institucional de produção. O presente artigo, portanto, depois de evidenciar tal lacuna temática nos estudos sobre a escravidão, pretende fazer alguns apontamentos que revelem tais relações entre texto e contexto; primeiramente fazendo algumas considerações acerca do contexto institucional, e, em segundo lugar, sobre o contexto sócio-político, tudo isso estabelecendo os devidos nexos com as obras/autores elencados.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; instituição; escravidão.

BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY OF SLAVERY BETWEEN 1970 AND 1980 YEARS: WRITING, CONTEXT AND INSTITUTION

ABSTRACT: Brazilian historiography of slavery from the 1980s saw several restatements, both theoretical-methodological as institutional. As a study object, the writing of History in this period of transition still requires deeper and more profound and systematic evaluations. Some authors, however, most of them slavery historians, dedicated themselves to analyze, in some articles, certain singular points of these historiographical changes. None of them, however, emphasized the pertinence of the articulations between the writing of History and its social-political and institutional context of production. This article, therefore, after evidencing such thematic gap in studies about slavery, intends to make a few notes which reveal such relations between text and context; firstly making some considerations regarding the institutional context and, after that, regarding the social-political context, establishing the attachments with the listed works/authors.

KEYWORDS: historiography; institution; slavery.

* Doutorando em História. Bolsista CAPES

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira da escravidão, como objeto de estudos, ainda carece de análises mais profundas e sistemáticas. Desde os anos 1980, porém, diversos esforços, em sua maioria estruturados em artigos, buscaram, e continuam buscando, tratar de alguns temas específicos dentro deste quadro maior, que é a totalidade de estudos cujo foco envolve a questão da escravidão. A maioria destas análises se concentrou nas mudanças historiográficas ocorridas a partir dos anos 1980, levando diversos pontos em consideração.

Maria Helena P. T. Machado, por exemplo, em seu artigo *Em torno da autonomia escrava* (1988), optou por uma reflexão acerca da produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil com enfoque nas problemáticas referentes às atividades econômicas informais de escravos. Seu artigo trouxe à tona a questão da agência escrava. Em 1989, Laura de Mello e Souza, por sua vez, no texto *O Escravismo brasileiro nas redes de poder*, teceu alguns comentários acerca de quatro obras específicas produzidas nos anos 1980, que teriam em comum o fato de se encontrarem numa “encruzilhada de perspectivas renovadoras, da filosofia de Foucault ao marxismo peculiar de Thompson e Linebaugh”.¹ Também preocupada com as questões de ordem teórica, Silvia Hunold Lara publicou *Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil* (1995) cujo objetivo central, como o próprio título do artigo sugere, foi fazer alguns apontamentos sobre a importância de Thompson na renovação conceitual que permitiu elevar o escravo à posição de agente histórico. Por fim, nesta vertente de análise de elementos singulares, Sheila de Castro Faria, em seu artigo *Identidade e comunidade escrava: um ensaio* (2006), abordou, através da análise de alguns estudos sobre a escravidão, a problemática relacionada ao papel que as heranças culturais africanas exerceram nas relações de dominação durante o período escravista.

Numa linha um pouco mais abrangente, Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate* (2004), argumenta – e apresenta alguns elementos para demonstrar – que a partir dos anos 1980 a historiografia teria presenciado uma “inflexão nos modelos interpretativos

¹ SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo Brasileiro nas Redes de Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.133-152, 1989. p. 135.

que tratavam do tema da questão social”, o que teria alterado a forma de pensar as relações de dominação.² Semelhantes são as considerações de Sidney Chalhoub que, em seu artigo *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia desde os anos 1980* (2009), dividiu a historiografia em dois momentos, um que tratava o escravo como coisa, isto é, que valorizava a perspectiva da estrutura econômica, e outro que buscou considerar os escravos como sujeitos históricos, levando em conta as dimensões culturais na construção da subjetividade dos personagens sociais.

Numa postura de maior abrangência ainda, alguns textos buscaram esboçar uma dimensão mais complexa da produção historiográfica sobre a escravidão brasileira. Quatro artigos aqui merecem destaque. O primeiro deles, e mais completo, foi o de Stuart B. Schwartz, sob o título de *A historiografia recente da escravidão brasileira* (2001).³ Seu objetivo foi apresentar um mapeamento de todas as temáticas envolvendo a escravidão, assim como um parecer acerca dos principais debates que foram travados neste meio. Os outros três artigos, *Brazil* (2010) de Robert W. Slenes, *Slavery in Brazil* (2011) de João José Reis e Herbert S. Klein e *L’esclavage au Brésil : le débat historiographique et ses racines* (2012) de Jean Hébrard também caminharam na direção de Stuart B. Schwartz, porém de forma menos ampla, com exceção de Jean Hébrard, que foi um pouco além ao abordar uma variedade maior de questões.

Por outro lado, numa postura mais crítica e ideologicamente assumida, Jacob Gorender foi um severo crítico dos estudos produzidos nos anos 1980, o que pode ser evidenciado em seu ensaio *A escravidão reabilitada* (1990). Tal texto, que é sem dúvida o estudo mais sistemático que temos até o momento, buscou denunciar a ausência de uma análise sistêmica por parte dos historiadores oitocentistas. Além disso, segundo o historiador marxista, a ‘nova historiografia da escravidão’ teria como ponto central a exaltação de uma escravidão amena, cujas relações de poder são estabelecidas através de acordos destituídos de violência. A perspectiva de Jacob Gorender seria pouco tempo depois reafirmada por Suely Robles Reis de Queiróz que, em seu artigo *Escravidão negra em debate* (1998), ao tratar da questão da violência, buscou retratar a posição de

² GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, julho-dezembro 2004, p. 157-186. p. 157.

³ Publicado originalmente no livro **Slaves, peasants, and rebels: reconsidering brazilian slavery** (1992).

Gorender e destacar o realinhamento dos autores oitocentistas com as diretrizes de *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Tal proximidade com Gorender também pode ser identificada no artigo de Mário Maestri, *O escravismo colonial: a revolução copernica da Jacob Gorender* (2005), no qual a ‘nova historiografia da escravidão’ aparece atrelada à ideologia neoliberal.⁴

Como se pode observar, através deste breve e sintético esboço bibliográfico, várias questões interiores à produção historiográfica da escravidão até agora foram tratadas. Aos poucos vai se configurando um caminho cujo percurso aponta para o aprofundamento da compreensão acerca das principais características e problemáticas que marcaram a massa de estudos sobre a escravidão no Brasil. Um eixo temático, contudo, ainda não foi explorado. Trata-se do contexto da produção historiográfica em questão. Nenhum destes estudos tiveram como preocupação central o tema das articulações e ressonâncias entre a escrita da história e as instituições de saber, assim como as relações entre o contexto histórico, social e político, e as preocupações e temáticas – até mesmo teóricas – que foram privilegiadas entre os historiadores da escravidão.

Pensando nisso, decidimos, ainda que em linhas introdutórias e gerais, traçar algumas destas relações. Para realizar tal tarefa, porém, diante da problemática do número excessivo de trabalhos que deram volume à historiografia da escravidão, optamos, assim como a maioria dos autores dos artigos acima vistos, por uma análise partindo de algumas obras/autores escolhidos. São eles: *O escravismo colonial* (1978) de Jacob Gorender, autor que além de ter representado uma espécie de síntese da dialética intelectual nos anos 1970, foi um também um alvo-chave das críticas feitas por parte de alguns historiadores dos anos 1980; *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso, umas das pioneiras na reformulação da matriz interpretativa das relações entre senhores e escravos; *Rebelião escrava no Brasil* (1986) de João José Reis, que reforçou a diretriz thompsoniana e a preocupação cultural no entendimento da resistência; e, por fim, *Campos da violência* (1988) de Silvia Hunold Lara, que aprofundou as

⁴ Existem ainda outros textos relevantes, como o artigo de Rafael de Bivar Marquese, *As desventuras de um conceito* (2013), no qual é tratado, num tom crítico, a ausência do tema do ‘capitalismo’ no horizonte analítico da historiografia pós-1980. Esperamos, porém, que os artigos citados, de forma resumida devido à economia do texto, tenham sido suficientes pra demonstrar a ausência, e consequente necessidade, de novas análises que levem em consideração a questão do lugar e do contexto de produção historiográfica.

experimentações teóricas e ampliou a preocupação frente à complexidade das relações de poder.

A ESCRITA DA HISTÓRIA E O CONTEXTO INSTITUCIONAL

A historiografia brasileira da escravidão é, na segunda metade do século XX, comumente dividida em dois períodos distintos. O primeiro, abrangendo as décadas de 1960 e 1970, diz respeito à revisão historiográfica das teses de *Casa Grande & Senzala* (1933). Neste momento, a escola paulista de sociologia, liderada por Florestan Fernandes, inicia um processo desmistificação do mito da democracia racial.⁵ A partir de então, num flanco teórico aberto desde Caio Prado Jr ⁶, é produzida uma série de estudos de orientação marxista e de forte viés econômico, com vistas a compreender a realidade estrutural do Brasil escravista, assim como denunciar a violência nas relações de dominação. Neste período surgem obras de destaque, como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, *O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962) de Fernando Henrique Cardoso, *As metamorfoses do escravo*, *Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional* (1962) de Octávio Ianni, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964) de Florestan Fernandes, *Da Senzala à Colônia* (1966) de Emília Viotti da Costa e, entre outros, os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso, *Sobre os Modos de Produção Colonial da América* (1975) e de Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial* (1978).

A partir dos anos 1980, todavia, a historiografia da escravidão assiste a um processo de renovação, tanto teórico-metodológica quanto institucional. Autores como Kátia Mattoso, em *Ser escravo no Brasil* (1982), João José Reis, em *Rebelião escrava no Brasil* (1986), Maria Helena P. T. Machado, em *Crime e escravidão* (1987), Silvia Hunold Lara, em *Campos da violência* (1988), Sidney Chalhoub, em *Visões da liberdade* (1990), entre tantos outros, trataram, de forma geral, de contrapor à noção de *estrutura* a noção de *experiência*. Apesar de tal renovação ter sido composta por uma grande massa de trabalhos – o que dificulta uma tentativa de balanço geral –, de forma simplificada podemos destacar ao menos duas tendências importantes: os estudos

⁵ Ver: COSTA, Emília Viotti Da. **Da Monarquia à República**. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 365-384.

⁶ Principalmente em **Formação do Brasil contemporâneo** (1942).

quantitativos, voltados para temas relacionados à demografia escrava, como a família e os preços dos cativos⁷, e os estudos da vida dos escravos que, mesclando questões culturais e sociais, trataram de temas como resistência, trabalho, tradição, religião, lazer, entre outros.

Em termos institucionais, os trabalhos produzidos pelo primeiro grupo marcaram um período no qual se iniciou o processo de implementação dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Vale ressaltar, contudo, que os efeitos de tais mudanças somente foram sentidos a partir da década de 1980. De acordo com Carlos Fico e Ronald Polito, três aspectos fundamentais assinalam o início – que se dá entre os anos 1960 e 1970 – do processo de implementação dos cursos de pós-graduação no país: “a busca por opções temáticas e metodológicas francesas [...], o predomínio da perspectiva teórica marxista”; e “a forte presença de norte-americanos buscando compreender a contemporaneidade brasileira”.⁸

Em primeiro lugar, portanto, destaca-se o fato dos cursos de pós-graduação terem sido pensados a partir de referenciais teóricos e metodológicos estrangeiros. Haveria, nessa aproximação, entretanto, uma dissonância com as reflexões contemporâneas francesas, pois enquanto neste país já existiam os fundamentos do que seria a “Nova História”, aqui no Brasil as abordagens historiográficas apresentavam sintonia com as problemáticas referentes à primeira fase da “Escola” dos *Annales*. Trabalhos nacionais que dialogaram com as tendências teóricas da “Nova História” francesa surgiram no Brasil apenas nos anos 1980. Em segundo lugar, em relação à incisiva presença teórica das variadas correntes marxistas entre historiadores durante a instauração dos cursos de pós-graduação, Carlos Fico chama a atenção para um certo clima acadêmico e político atrelado ao grande número de trabalhos que, a partir dos anos 1970 “utilizaram o aparato conceitual do marxismo” e abordaram “temáticas

⁷ A gama de estudos que se enquadra neste perfil recebeu contribuição significativa de autores estrangeiros. Tais trabalhos podem ser evidenciados a partir de meados dos anos 1970. Dentre eles destacam-se alguns como: SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888**. Tese (Ph.D) Stanford University, 1975; DEAN, Warren. **Rio Claro, a Brazilian Plantation System, 1820-1920**. Stanford, 1976. MELLO, Pedro Carvalho de. **The Economics of Slavery on Brazilian Coffe Plantations, 1850-1888**. Department of Economics University of Chicago, 1977; EINSEMBERG, Peter. **The Sugar Industry in Pernambuco**. Modernization without change. 1840-1910. Berkeley 1974; COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena. **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE, USP, 17 (2), 1987.

⁸ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: Jurandir Malerba (org). **A velha história**. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 192.

vinculadas às reflexões desta corrente teórica”.⁹ Em terceiro lugar, a presença de autores norte-americanos correspondeu ao “surgimento de novos interesses no âmbito da estratégia política e econômica” dos Estados Unidos; de modo que estes fatores, “somados aos aspectos da conjuntura política e econômica brasileira”, fomentaram a presença, no Brasil, dos intitulados brasilianistas.¹⁰

Tais aspectos, de forma mais ou menos direta, podem ser percebidos na obra e na formação de Gorender. A posição teórica assumida em *O Escravismo Colonial*, por exemplo, como foi visto de forma exaustiva, aparece claramente atrelada ao aparato conceitual da teoria marxista, com destaque para o enfoque na análise da infra-estrutura social brasileira por meio do conceito de modo de produção. Nesta obra também são várias as comparações entre a história da escravidão dos Estados Unidos e a do Brasil. Podemos encontrar diversas citações e apontamentos de obras de autores norte-americanos, como Robert Conrad, Warren Dean, Peter Eisenberg, Stanley Elkins, Eugene Genovese, Herbert Klein, Sidney Mintz, Thomas Skidmore, Stanley Stein e Frank Tannenbaum, entre outros. A referência teórica francesa, contudo, é pouco significativa, pois em *O Escravismo Colonial* o único destaque é uma citação de Marc Bloch.

Fico ainda ressalta dois aspectos que seriam significativos na caracterização do período de implementação dos cursos de pós-graduação: primeiro, “os pesquisadores nacionais não possuíam sólida formação científica e orientação segura”; e, segundo, “não havia um órgão no país capaz de melhor dispor dos recursos destinados à pesquisa histórica”.¹¹ A primeira afirmação, contudo, precisa ser ponderada, caso contrário poderemos correr o risco de pressupor a inferioridade da produção historiográfica no período anterior à consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil – avaliação que cederia aos critérios de valor impostos pelos historiadores dos anos 1980. O que precisa ser ressaltado, então, é o fato de que existiam autores no período precedente, como Jacob Gorender, que tiveram uma formação mais maleável e dinâmica do que aquelas

⁹ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: Jurandir Malerba (org). **A velha história**. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 191.

¹⁰ Ibid., p. 192.

¹¹ Ibid., p. 193.

que se tornariam típicas na formação dos historiadores dentro dos moldes dos cursos de pós graduação.

Gorender, como exemplo, formou-se em Direito e atuou como militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) durante grande parte de sua trajetória, apenas na década de 1990 sendo institucionalmente reconhecido como historiador, quando recebeu o título de doutor *honoris causa* pela UFBA e foi convidado a ministrar aulas e cursos no ‘Instituto de Estudos Avançados’ da USP. Vale lembrar, contudo, que apesar de Gorender não ter apresentado vínculos institucionais no momento em que redigiu *O Escravismo Colonial*, a obra, como já foi visto, aparece atrelada ao âmbito acadêmico, pois tanto foi erigida a partir de um debate que se travou nesse meio, como por este também foi bem recebida.

Já no que diz respeito ao quesito “financiamento de pesquisa”, por fim, podemos destacar que, diferentemente de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, a pesquisa de Gorender não foi financiada por nenhuma instituição. A produção de *O Escravismo Colonial* recebeu apoio econômico apenas de alguns amigos de Gorender, como José Adolfo Granville e Jacques Breyton.¹²

Depois de passado os anos de 1960 e 1970, e chegado os anos de 1980, momento no qual os cursos de pós-graduação se consolidaram no Brasil, começaram a surgir sinais de mudanças em relação aos aspectos – referentes à produção historiográfica – que marcaram o momento da implementação de tais cursos. De acordo com Carlos Fico:

Instalados os cursos de pós-graduação, seus frutos mais efetivos ficariam para os anos 80, tanto quanto um fluxo mais contínuo e permanente de pesquisas (que também se relaciona com a ampliação do número de bolsas mantidas pelas agências de fomento) e uma definição de perfil institucional um pouco mais precisa. Isto se dá num quadro de ampliação da bibliografia considerado pelos historiadores, com a multiplicação de enfoques teóricos e metodológicos.¹³

Somando-se a estes aspectos, podemos também citar outros de naturezas diversas, como: o crescimento no mercado editorial; os avanços na História Social; a

¹² MAESTRI, Mário. O escravismo colonial: a revolução copernica de Jacob Gorender. *História & Luta de Classes*. Rio de Janeiro: p.77-102, 2005; **Revista Espaço Acadêmico**, v. 35 e 36, n.1 e 2, abril e maio de 2004. p. 9.

¹³ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: Jurandir Malerba (org). **A velha história**. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 194.

diminuição dos trabalhos preocupados com o período colonial e o aumento das pesquisas voltadas para os temas mais recentes; e a importância das “datas alusivas a episódios notáveis da história”, fator que também fomentou o crescimento de pesquisas históricas.¹⁴

Mesmo que os trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, apresentem singularidades próprias, podemos estabelecer entre eles certos vínculos com a maioria dos aspectos acima elencados. Por exemplo, as pesquisas destes três autores seguiram o rumo da virada historiográfica dos anos 1980 e apresentaram enfoques teóricos e metodológicos que diferiram das diretrizes conceituais e empíricas empregadas na obra de Gorender. Foram trabalhos que seguiram o veio da História Social com ênfase na importância dos elementos culturais e que sinalizaram uma aproximação temática da história mais recente do país, abandonando a até então preferência pelo período colonial. De forma indireta, isto vale até mesmo para *Ser escravo no Brasil*, pois apesar de apresentar um recorte envolvendo Colônia e Império, a maioria das fontes utilizadas nesta pesquisa corresponde à região da Bahia do século XIX, o que denota certa aproximação especial com o período mais recente da história do Brasil.

No quesito instituições e agências de fomento à pesquisa, podemos dizer que, apesar de *Ser escravo no Brasil* ter sido publicado originalmente na França, seu processo de constituição apresentou vínculos com a região e historiografia da Bahia de forma pontual, pois a maioria das fontes utilizadas na pesquisa pertencia aos arquivos baianos – Arquivos do Estado da Bahia e Arquivos Municipais de Salvador.¹⁵ Em uma das passagens da Introdução de *Ser escravo no Brasil*, a autora menciona sua ligação com a região e com as agências de fomento à pesquisa brasileiras:

Baiana de coração e adoção, mostramo-nos baiana demais em nosso relato? Acontece que essas fontes documentais novas foram profundamente exploradas em Salvador, graças à ação conjugada do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPQ, e da Sociedade para o Estudo da Cultura Negra no Brasil, a SECNEB.¹⁶

¹⁴ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: Jurandir Malerba (org). **A velha história: Teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 197.

¹⁵ Esta ligação da autora com a UFBA é destacada por Paulo Santos Silva em seu texto “A historiografia Baiana nos últimos 50 anos”. Mais adiante retomaremos esse assunto. Para mais informações, ver: SILVA, Paulo Santos. A historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: OLEZER, Raquel (org). **Do Passado Para o Futuro**. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13.

Semelhante é a situação de João José Reis. O autor graduou-se em História pela Universidade Católica em Salvador (1974), cursou, sem concluir, Ciências Sociais pela UFBA e obteve título de mestre (1977) e doutor (1982) em História pela Universidade de Minnesota, EUA. *Rebelião escrava no Brasil* foi sua tese de doutorado, orientada por Stuart B. Schwartz. Apesar de tal pesquisa ter sido feita no exterior sob o financiamento das Fundações Ford (1979) e Rockefeller (1981-1982), os vínculos com a região e historiografia da Bahia e com a CNPQ foram, outrossim, pontuais. Seu recorte temático – uma revolta escrava em Salvador – o levou a pesquisar nos Arquivos do Estado da Bahia e a receber apoio da CNPQ (1983-1984). Além disso, no prefácio de sua pesquisa também aparecem agradecimentos aos comentários de professores e alunos do Departamento de História e do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, o que coloca em evidência sua proximidade com a instituição.

Silvia Hunold Lara, por sua vez, em sua formação apresentou vínculo integral com a universidade brasileira. Foi na USP (Universidade de São Paulo) que a autora completou sua graduação (1977) e seu doutorado (1986) em História Social, quando defendeu a tese *Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*, sob financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), da CNPQ e da Fundação Ford. Portanto, diferentemente de Kátia Mattoso e João José Reis, Silvia Hunold Lara não obteve nenhum de seus títulos em instituições estrangeiras.

Apontados os principais aspectos da ligação entre a produção historiográfica e as instituições brasileiras – particularmente nos momentos de implementação e de consolidação dos cursos de pós-graduação no país – e relacionados tais aspectos com a formação e as obras dos autores que estamos analisando, podemos agora fazer alguns comentários sobre a produção historiográfica em duas regiões específicas: a da Bahia e a de São Paulo, com destaque para duas instituições: UFBA e USP. Este exercício nos permitirá dimensionar as principais características dos lugares nos quais os autores, por nós estudados, apareceram vinculados.

Em relação à historiografia baiana, Paulo Santos Silva nos apresenta uma síntese bastante objetiva:

Do início do século XX à primeira década do século XXI, duas configurações historiográficas se fizeram notar com bastante nitidez na Bahia. A primeira adquiriu densidade nos anos 1930 e 1940 e teve

no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IHGB) uma instituição de referência e apoio. A segunda começou a estruturar-se em 1969, em âmbito universitário, com a criação do Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. A partir de 1976, o Mestrado em Ciências Humanas passou a ser designado Mestrado em Ciências Sociais, com duas áreas de concentração: Sociologia e História. Com evidente crescimento das pesquisas no campo dados estudos históricos, a área consolidou-se nos anos 1980 [...] Esta segunda configuração, em suas sucessivas fases, ao contar com o ingresso permanente de jovens pesquisadores, revelou-se dinâmica o suficiente para se reproduzir de forma ampliada, cirando novas ramificações.¹⁷

Em consonância com as colocações que fizemos até o momento, isto é, sobre os períodos que marcaram a produção historiográfica pré e pós-instalação dos cursos de pós-graduação no país, a historiografia baiana, particularmente na UFBA, configurou-se também a partir de dois momentos historiográficos distintos: o primeiro, no qual os historiadores¹⁸ eram “bacharéis em Direito”, ou formados em Medicina, e exerciam o ofício por meio da “pesquisa histórica, sociológica ou antropológica”¹⁹; e o segundo – período que coincide com a implementação do curso de pós-graduação na UFBA – quando uma nova geração de historiadores ampliou, em termos de métodos e fontes, os limites da historiografia precedente, tendo a História Social se fortalecido significativamente por meio de “estudos sobre a escravidão e temas correlatos”.²⁰ Em relação à esta segunda fase da historiografia baiana, destaca-se a notoriedade dos anos 1980, década na qual “a presença e a articulação de historiadores com formação acadêmica fora do país ou em outros espaços nacionais [...] asseguraram condições subjetivas e objetivas para ampliar ou abrir frente de trabalhos”; é nesta esteira que se encontram João José Reis e Kátia Mattoso.

A produção historiográfica em São Paulo, por sua vez, mais especificamente na USP, também apresenta fases que se assemelham às mudanças ocorridas na historiografia baiana de forma geral. Seguindo algumas colocações feitas por Antonio Celso Ferreira, podemos identificar três momentos que assinalam a historiografia na

¹⁷ SILVA, Paulo Santos. A historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: OLEZER, Raquel (org). **Do Passado Para o Futuro**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 85.

¹⁸ Paulo Santos Silva cita alguns exemplos de autores representantes desse primeiro período da historiografia baiana, como Pedro Calmon (1902-1985), José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967), Luiz Viana Filho (1908-1990) e Afonso Rui de Souza (1893-1970), entre outros.

¹⁹ SILVA, Paulo Santos. A historiografia baiana nos últimos 50 anos. In: OLEZER, Raquel (org). **Do Passado Para o Futuro**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 87.

²⁰ Ibid., p. 90.

USP: um que vai de 1934 a 1960, outro de 1960 a 1980 e, por fim, o terceiro, que se inicia a partir dos anos 1980.

O primeiro destes períodos, cujo início se dá com a fundação da FFCL-USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), é marcado, primeiramente, pela renovação dos estudos históricos ocorrida com a visita, na instituição, de grandes intelectuais estrangeiros, como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e P. Mombeig, R. Bastide, entre outros, e, posteriormente, pela docência composta por autores brasileiros, como Eurípides Simões de Paula, Eduardo de Oliveira França e Pedro Moacir Franco. Trata-se de um período que representa uma “ruptura com a orientação tradicional das pesquisas da área, representada pelos trabalhos desenvolvidos nos institutos históricos”.²¹

O segundo período que assinala a produção historiográfica na USP, por sua vez, é marcado pelo crescimento do número de pesquisas, “na forma de dissertações e teses”, a maioria tratando de temas ligados à Colônia e ao Império.²² Mesmo com o golpe militar de 1964, que veio repercutir e interferir no meio universitário, os trabalhos críticos à História Brasileira estenderam-se até os anos 1970, década na qual foram implementados os cursos de pós-graduação nesta universidade.²³ É deste período que datam trabalhos atentos a problemas socioeconômicos estruturais, como os de Fernando Novais, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Tais trabalhos aparecem inseridos numa rede discursiva da qual faz parte também *O Escravismo Colonial* de Gorender.

Por fim, a partir dos anos 1980 inicia-se o terceiro período institucional. De acordo com Antônio Celso Ferreira, os desafios desta fase, que surgem a partir do “desencantamento em relação aos ideais de transformação social associados ao desenvolvimento nacional”, levaram a historiografia oitentista a trilhar novos caminhos, conjuntura que se alastrava pelos recentes cursos de pós-graduação e que dizia respeito não somente à USP, mas à outras instituições paulistas, como a UNESP, a UNICAMP e a PUC-SP.²⁴

²¹ FERREIRA, Antônio Celso. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: OLEZER, Raquel (org). *Do Passado Para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 325.

²² Ibid., p. 328.

²³ Ibid., p. 329.

²⁴ Ibid., p. 331.

A produção historiográfica, então, sob novos enfoques teóricos e metodológicos, buscou desmontar vários dispositivos firmados pela historiografia precedente, como: “a memória dos vencidos; as periodizações de natureza político-jurídica”, e as temáticas voltadas “à ação dos grupos dominantes [...] e à macroestrutura econômica e social”²⁵. Nesta empreitada, a historiografia da escravidão destacou-se como um dos campos da História Social que se expandiu e se dispersou. Os estudos sobre a escravidão “tiveram o propósito de superar a visão sistêmica e economicista herdada da Historiografia precedente”, de modo que neste intento as pesquisas buscaram tanto “dar voz aos próprios escravos e homens livres pobres” como “lançar luz sobre suas múltiplas experiências sociais e culturais”²⁶. É exatamente neste ponto da produção historiográfica paulista, portanto, que se encontra o trabalho de Silvia Hunold Lara.

Como podemos perceber, então, a configuração das obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, está em sintonia com algumas reformulações feitas nas diretrizes da pesquisa histórica e que vieram acompanhadas de certas mudanças institucionais, como a que se deu com a implementação dos cursos de pós-graduação e com o crescimento do número de bolsas destinadas ao financiamento de pesquisas.

A reformulação de enfoques teóricos e metodológicos que se deu nesse período, por sua vez, buscou, para se autoafirmar, rebater os princípios norteadores das pesquisas realizadas no período precedente, como, por exemplo, a preocupação com a análise socioeconômica de caráter estrutural. Já Gorender, por sua vez, apesar de não ter apresentado nenhuma ligação institucional específica, por ter produzido *O Escravismo Colonial* a partir de um debate que se travava junto ao meio acadêmico, pode ser articulado a autores como Fernando Henrique Cardoso e Ciro Flamarion Cardoso, pois em conjunto com eles, também foi questionado pelos historiadores da escravidão dos anos 1980.

POLÍTICA, SOCIEDADE E HISTORIOGRAFIA: DO GOLPE DE 64 À REDEMOCRATIZAÇÃO

²⁵ FERREIRA, Antônio Celso. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: OLEZER, Raquel (org). *Do Passado Para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 333.

²⁶ Ibid., p. 334.

A história do Brasil passara a despertar um interesse renovado. O cenário político depois da morte de Getúlio Vargas em 1954, a crescente polarização entre seus continuadores e os que se opunham a ele, agravada pelo clima de tensão resultante da Guerra Fria, mobilizaram os intelectuais. Era difícil permanecer indiferente à luta que se travava no Brasil e no mundo. O país industrializava-se e os problemas sociais e nas cidades eram cada vez mais prementes. Parecia urgente mudar o país. Para isso era preciso conhecê-lo melhor; examinar suas lideranças políticas, as “elites”, como se dizia então; indagar de sua responsabilidade pelo estado deplorável em que se encontrava a grande maioria do povo brasileiro; procurar uma explicação para o atraso, o autoritarismo e o elitismo crônicos, a sobrevivência das oligarquias e do regime de clientela e patronagem e a fraqueza das instituições democráticas.

Apesar da industrialização e da presença crescente do capital estrangeiro, o país era ainda essencialmente agrário e mais de 80% de sua população vivia ainda nas zonas rurais em precárias condições e um alto grau de analfabetismo. Nessas condições os intelectuais eram chamados a continuar a obra iniciada pela geração anterior que lhes servira de guia. A preocupação que levava Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior a reescrever a história do Brasil instigava a nova geração a seguir o mesmo caminho. Entre os vários problemas da história do Brasil que chamavam atenção estavam a escravidão e seu legado, o preconceito racial, a abolição e a situação do negro na sociedade brasileira.²⁷

A passagem acima, escrita por Emília Viotti da Costa – historiadora que fez parte do grupo de autores que produziram dentro do modo de fazer história comum aos anos 1960 e 1970 –, coloca em evidência questões históricas que marcaram aquele período e que constituíram referenciais na definição de temas e objetos das pesquisas históricas produzidas na ocasião. Os trabalhos deste período articularam-se com as demandas da sociedade, de modo que é notável o engajamento das obras desta etapa da historiografia brasileira. A trajetória de Gorender, por exemplo, aparece fortemente atrelada à militância pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), fato que mantém relação estreita com os temas, objetos e opções teóricas empregadas em suas obras.

O momento mais significativo dentro do período que Emília Viotti da Costa se refere, em termos políticos e sociais, é o da renúncia de Jânio Quadros em 1961. A relutância dos setores conservadores – como as Forças Armadas e a classe média, por exemplo – em aceitar a posse do vice-presidente João Goulart e o discurso reformista deste após assumir a presidência, acabou gerando uma efervescência e polarização

²⁷ COSTA, Emília Viotti da Costa. Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (Orgs.) **O Historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

política.²⁸ As propostas de reformas de base – que incluíam as categorias agrária, tributária, financeira e administrativa – pregadas por João Goulart, e a agitação das ligas camponesas, dos sindicatos e de outros setores que se animavam com tais propostas, foram elementos que, somados a diversos outros fatores, acabaram repercutindo no golpe militar de 1964. A partir de então o PCB sofreu uma fragmentação. A ala mais esquerdista – da qual Gorender fazia parte – foi expulsa do partido. Data deste período o surgimento de diversos partidos e organizações – ilegais –, como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o Var Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e o POC (Partido Operário Comunista), todos destinados a fazer oposição ao regime ditatorial. Foi neste período que Gorender, junto com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, entre outros, fundaram o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Contudo, em 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, o partido ilegal sofreu vários ataques dos militares e Gorender foi preso e torturado. Encarcerado, formulou uma interpretação da formação social brasileira que passava da fase escravista diretamente para a capitalista, perspectiva que apresentava implicações de estratégia política, pois uma vez que a revolução burguesa fosse dada como concretizada no país, a aliança da esquerda com os capitalistas tornava-se dispensável e a luta poderia, então, almejar o avanço direto para o estágio do socialismo. Posteriormente, em liberdade, no governo do general Ernesto Geisel, Gorender trabalhou como tradutor, abandonou a militância prática e passou a aprofundar seus estudos acerca da formação brasileira, produzindo entre 1974 e 1976 a obra *O Escravismo Colonial*.

Mais adiante, em termos sociais, já no período do início da redemocratização, isto é, na transição dos anos 1970 para os 1980 em diante, podemos apontar diversas transformações que alteraram o quadro geral da sociedade brasileira e que também repercutiram na produção historiográfica de forma geral. Dentre estas mudanças, podemos apontar, por exemplo: um amplo aumento demográfico; um crescimento considerável da população urbana, estimada em 51,5% no ano de 1980; uma expansão das capitais, sendo que nove delas, em 1980, contavam com mais de 1 milhão de

²⁸ Neste momento houve uma relação muito próxima entre João Goulart e a direção política do PCB – partido do qual Gorender, naquela ocasião, era membro do Comitê Central.

habitantes cada; um grande desenvolvimento da indústria e da agroindústria; um crescimento na expectativa de vida e um aumento de novos grupos sociais, como as mulheres que cada vez mais marcaram presença no mercado de trabalho.

Somando-se a isso, dentro da esfera social e política na virada dos anos 80, podemos citar: a fragmentação da oposição ao governo, momento de criação do Partido dos Trabalhadores (PT); uma efervescência do movimento sindicalista que também assistiu a divisões dando origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); e a ascensão de movimentos sociais como o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁹ e do Movimento Negro Unificado (MNU).

Por fim, vale destacar o clima de debate – em relação às conquistas de direitos civis – fomentado pela elaboração da constituição de 1988.³⁰ De acordo com Boris Fausto, a constituição de 1988, representou um avanço do país em relação à “área de extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias, aí se incluindo os índios”. Além disso, também se preocupou com outras medidas inovadoras, “como a criação do habeas-data, que assegura às pessoas o direito de obter dados de seu interesse constantes dos arquivos de entidades governamentais, bem como a previsão de um código de defesa do consumidor”.³¹

Atento às estas transformações e aos personagens que começavam a emergir no contexto social do início da década, Edgar de Decca, em 1981, escreveu:

A realidade começou a ceder em vários pontos. A aparência de ordem que atraiu, facilmente, boa parte da sociedade nos últimos quinze anos, parece se esfacelar pela multiplicação ininterrupta das vozes desordenadas. A realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem a cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão.³²

²⁹ Todas estas informações apresentadas podem ser encontradas em: FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³⁰ Data de 1988, também, o centenário da abolição, outro elemento importante e merecedor de destaque que contribuiu e instigou debates sobre a escravidão no Brasil.

³¹ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 289.

³² DECCA, Edgar Salvadori De. *1930, O Silêncio dos Vencidos*: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-32.

Na trilha desses novos caminhos [...] Iniciou-se um lento processo de crítica a uma dada concepção de marxismo, profundamente descarnada, que permanecia sempre no limite das abstrações.³³

Longe de querer criar um vínculo causal entre contexto e discurso historiográfico, objetivamos apenas apontar a consonância que há entre ambos. Deste modo, como transparece nas palavras de Edgar De Decca, o novo contexto social e político do período dos anos 1980, nos permite que o elenquemos como um dos fatores que serviram de inspiração para a definição de temas, objetos e enfoques teórico-metodológicos empregados por um grupo de historiadores a partir dos anos 1980. E isto, salvo as ressalvas, vale até mesmo para autores como Kátia Mattoso e João José Reis, que produziram suas pesquisas vinculados à instituições estrangeiras, pois o contato deles com o Brasil, as instituições e agências de fomento à pesquisa nacionais foram significativos, como já vimos no tópico anterior.

É pertinente destacar, também, que se a historiografia oitentista não se configurou sem um viés político, este se deu de modo bastante diverso em relação ao empregado pela historiografia dos anos 1960/70. As pesquisas, de fundamentação teórica marxista, produzidas neste período, tinham como intenção definir a natureza da formação social brasileira, de modo que isto definiria a estratégia política que a esquerda deveria empregar para alcançar o socialismo. Tal intenção política, por sua vez, não é alimentada pelos historiadores dos anos 1980. O que transparece de político nestes autores, antes, é, por meio da fragmentação do poder, um depósito de esperança na capacidade política dos agentes históricos e uma valorização de lutas diversificadas, como as travadas pelos operários, negros, mulheres, homossexuais, sem tetos, etc.

CONCLUSÃO

Como podemos perceber, a produção historiográfica sobre a escravidão, compreendida em dois momentos distintos, isto é, entre os anos 1970 e 1980, apresenta diversas relações com seu contexto, tanto institucional quanto político-social. Deste modo, esperamos ter conseguido demonstrar como nos anos 1960 e 1970, num contexto de efervescência e repressão política, no qual se iniciava a institucionalização dos

³³ DECCA, Edgar Salvadori De. **1930, O Silêncio dos Vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 34.

cursos de pós-graduação, a produção historiográfica apresentou características singulares e relacionadas, como a ausência de um incentivo financeiro feito de forma sistemática; a busca por referenciais teórico-metodológicos franceses; a forte orientação de viés marxista com sua discussão acerca da natureza dos modos de produção brasileiro; assim como a presença de autores norte-americanos dedicados a conceber a realidade brasileira – num período marcado pelos receios estadunidense ante a revolução cubana.

A partir dos anos 1980 a historiografia também revela suas sintonias com um novo cenário político-social e institucional. A consolidação dos cursos de pós-graduação, com diretrizes acadêmicas mais sistematizadas; o aumento significativo no incentivo à pesquisa através das agencias de fomento; a abertura política envolvendo a discussão dos significados da cidadania; a crescente urbanização e a proliferação dos movimentos sociais de cunho pluralista; tudo isso estabeleceu relações com as novas diretrizes historiográficas, como a preocupação com os agentes-históricos – em sintonia com a ascensão de uma nova diversidade de personagens sociais – e o papel da cultura na subjetividade de tais personagens, articulando um certo desencantamento frente às idealizações de mudanças políticas estruturais.

Mesmo que de forma introdutória, portanto, esperamos que o presente artigo tenha despertado o interesse sobre a dimensão – social-política e institucional – do debate historiográfico sobre a escravidão. As relações que se podem estabelecer, seguindo este viés, são várias, complexas e produtivas. Trata-se, portanto, de um tema que merece maior discussão, uma vez que o discurso não se reduz apenas à escrita, ou a aparelhamentos conceituais, e sim a todo um emaranhado de elementos – como dispositivos e práticas – que possa dizer respeito à *diferença* de uma formação histórica, o que pode envolver diversos recortes dimensionais da realidade histórica.³⁴

RECEBIDO EM: 08/07/2016

PARECER DADO EM: 13/06/2017

³⁴ Ver: VEYNE, Paul. Tudo é singular na história universal: o “discurso”. In: VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.